

Sindicalismo de resistência versus colaboração de classes: história concisa da organização sindical dos trabalhadores em educação de Belo Horizonte (1993/2001)

Sebastião Carlos Pereira Filhoⁱ

SUMÁRIO: 1 Introdução; 2 O “Novo Sindicalismo” e seu protagonismo entre os trabalhadores em educação; 3 A experiência com as administrações democrático-populares; 4 Considerações finais.

RESUMO: O sindicalismo docente, notadamente entre os trabalhadores da educação básica, foi um protagonista decisivo na construção de novas práticas e concepções sindicais, no período de transição da ditadura para a democracia no Brasil. Das greves que sacudiram o país no final dos anos 1970 brotou o chamado “Novo sindicalismo”, propulsor, ainda antes da conquista formal dos direitos de sindicalização e de greve na Constituição de 1988, de um modelo de organização sindical classista, com representação nos locais de trabalho, de confrontação social, contrário à colaboração com os governos e atuante do ponto de vista político. Tendo sido parte ativa da construção da Central Única dos Trabalhadores/ CUT (1993) e, antes, do Partido dos Trabalhadores/ PT (1980), o “Novo sindicalismo”, no entanto, viu-se confrontado em sua prática militante com a chegada a diversos governos municipais e estaduais das chamadas administrações democrático-populares, capitaneadas pelo PT. Este artigo tem como objeto o estudo da organização sindical dos trabalhadores do ensino da rede pública municipal de Belo Horizonte/MG, cidade que teve o Partido dos Trabalhadores como governo ou na base de sustentação da administração municipal durante os anos de 1993 a 2012. Mais especificamente, pretende-se analisar o período inicial dessas administrações, que gozavam de bastante prestígio entre os trabalhadores da educação, mas viram-se confrontadas, entre 1993 e 2001, com a ocorrência de inúmeras greves organizadas pela subsede municipal do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE MG). A mais longa dessas greves ocorreu entre agosto e setembro de 2001 e marcou a ruptura política dos trabalhadores em educação do município com o governo petista. O conflito, em certa medida, expôs e antecipou tendências que viriam a marcar o sindicalismo docente nacional no período dos governos federais do PT, entre 2003 e 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo em educação; associativismo docente; políticas públicas de educação; Sind-REDE BH.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar e interpretar como se deu a experiência de organização sindical dos trabalhadores no ensino vinculados à Prefeitura de Belo Horizonte. Nosso marco temporal compreende o período de 1993 a 2001, período inicial no qual a municipalidade foi administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em aliança com outras forças políticas.

A importância da investigação resulta do fato das chamadas administrações “democrático-populares”, como se autodenominavam, terem sido as gestoras desta Prefeitura por um período longo (que se estendeu até 2012), tendo a oportunidade de experimentar diversos projetos na área da educação e, ainda, exercitar a relação com as demandas trazidas pelo funcionalismo público municipal e suas representações sindicais. Outras experiências haviam ocorrido, até então, em outras capitais, mas, por períodos curtos, como foi o caso de Fortaleza (1986-1989) e São Paulo (1989-1992)ⁱⁱ.

A chegada dessas administrações ao poder foi marcada, em geral, por grandes expectativas das camadas populares e, em particular, dos trabalhadores do serviço público. A origem no sindicalismo, por parte de muitos dos dirigentes do PT, alentava essa expectativa. A experiência concreta com esses governos resultou, de um lado, na frustração de parte dessas expectativas por segmentos importantes do funcionalismo público e, de outro, na consolidação de um modelo de administração diverso daquele propalado pelo Partido dos Trabalhadores quando de sua criação e primeiras disputas eleitorais.

O PT foi fundado em 1980, numa aliança entre a nova vanguarda sindicalista, intelectuais progressistas, militantes da esquerda socialista e de movimentos de base articulados junto ao clero progressista da Igreja Católica. Em sua primeira aparição eleitoral, nas eleições de 1982, apresentava-se como “diferente de tudo que está aí”, como uma nova “forma de fazer política” e dar “voz aos de baixo”. Afirmava que não iria governar para todos, por ser impossível, numa sociedade marcada pela divisão em classes sociais antagônicas, atender a interesses conflitantes. Seus slogans de campanha demarcavam nitidamente a perspectiva da confrontação social e administrações voltadas aos segmentos mais pobres da sociedade, como o mote “Vote no 3 que o resto é burguês”ⁱⁱⁱ utilizado nas eleições de 1982.

A experiência de gestão da máquina administrativa viria de encontro às premissas levantadas pelo PT e colocaria em xeque o modelo anteriormente defendido. As alianças, antes pontuais, com partidos de outras origens sociais e perspectivas ideológicas, daria lugar a um bloco de governo relativamente estável, que coabitou a administração de Belo Horizonte por duas

décadas, abrindo caminho, ao final, para o retorno de forças políticas liberais e de espectro conservador ao governo da municipalidade.

No terreno da organização sindical dos trabalhadores do ensino público, objeto de investigação deste artigo, mudanças importantes também iriam ocorrer, com a perda de hegemonia e superação das direções sindicais vinculadas politicamente ao Partido dos Trabalhadores e ao seu braço sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dando espaço e lugar para a emergência de outras forças políticas de esquerda.

O período estudado destaca-se pela ocorrência de inúmeras greves e enfrentamentos entre os trabalhadores do ensino municipal e as administrações democrático-populares. Do confronto entre essas forças, no calor das lutas de classes, foram moldando-se novas formas de conceber o sindicalismo no interior da CUT. De um lado, parte dos dirigentes alinha-se às políticas das administrações democrático-populares, apoiando, de maneira mais ou menos crítica, as orientações de governo e subordinando o movimento sindical a essa definição estratégica. De outro, correntes políticas de esquerda, minoritárias, colocam-se na oposição aos projetos de governo e buscam se afirmar como herdeiras da tradição de independência política frente aos governos e ao patronato que marcou o surgimento da CUT. A experiência vivida pelos trabalhadores em educação de Belo Horizonte foi um importante laboratório dessas tensões, que buscaremos analisar e interpretar neste trabalho.

Para essa empreitada tomamos como fontes primárias o acervo disponível nos arquivos da entidade, composto por inúmeras publicações de responsabilidade da subsede municipal do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE MG). Destacamos, dentre elas, as edições do “Jornal da Rede” e do “Boletim da Rede”, além de comunicados e atas de reuniões da diretoria e do Conselho de Representantes por Escola, além de atas e resoluções dos congressos e seminários realizados pela categoria. Também tivemos acesso, ainda que mais limitado, a algumas edições do “Boletim Municipal” e ao “Boletim Municipal – EXTRA” - publicações de responsabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte, direcionadas aos servidores públicos municipais. Ainda nos reportamos aos jornais de grande circulação do período, em suas coberturas das atividades sindicais capitaneadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do ensino, contemplando os periódicos: “Estado de Minas”, “Diário da Tarde”, “Hoje Em Dia” e “O Tempo”. Por fim, buscamos complementar algumas informações por meio dos sítios das entidades na internet (www.redebh.com.br e sindutemg.org.br).

As conclusões, ainda parciais, de nossa investigação, são apresentadas ao final deste trabalho.

2 O “NOVO SINDICALISMO” E SEU PROTAGONISMO ENTRE OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

As grandes greves operárias do final dos anos 1970, acompanhadas de outras importantes greves do funcionalismo público e, em particular, dos trabalhadores na educação pública, deram as bases para o surgimento do chamado “Novo Sindicalismo”, no Brasil. Na luta contra o regime político vigente e sua política de arrocho salarial, as antigas direções sindicais tradicionais, muitas delas alinhadas à ditadura militar, viram-se confrontadas e foram desalojadas de suas posições à frente dos aparelhos sindicais.

Como parte desse processo, após uma greve que durou 41 (quarenta e um) dias, em 1979, foi criada a União dos Trabalhadores do Ensino (UTE) de Minas Gerais. O Sind-UTE MG adotou como forma organizativa a sua divisão em regionais e subseções. A subseção da capital teve como característica distintiva o fato de organizar apenas os trabalhadores em educação da rede pública municipal de ensino, ao passo que as regionais organizavam os trabalhadores da rede estadual a partir de uma determinada localização geográfica na cidade.

Essa forma organizativa deu contornos à subseção de um “sindicato dentro do sindicato”, com vida política própria e certa autonomia, com o centro da sua intervenção voltada às políticas públicas, salariais e educacionais, do município sede, com negociações diretas com a administração municipal, além do peso político próprio conferido a um sindicato da capital do estado, centro político e administrativo da unidade federada. Dessa forma, a subseção municipal sempre teve uma “vida própria” diversa daquela vivida pelo Sindicato estadual.

3 A EXPERIÊNCIA COM AS ADMINISTRAÇÕES DEMOCRÁTICO-POPULARES

Nas eleições municipais de 1992 foi eleito prefeito de Belo Horizonte/MG, Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores. A eleição da Coligação Frente BH Popular abriu o caminho para um longo ciclo de administrações que teria, dentre suas características importantes a permanência de um mesmo núcleo dirigente na educação municipal. Desse núcleo dirigente teriam destacada participação, na administração e na área da educação, diversos ex-dirigentes sindicais e ex-presidentes do Sind-UTE MG, dentre eles Luís Dulci, Fernando Cabral, Antônio Carlos Pereira, Antônio Lambertucci, Luiz Fernando Carceroni, dentre outros. Glaura Vasques de Miranda, professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi a titular da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de 1993 a 1996.

A posse do novo governo foi cercada de expectativas pelos trabalhadores em educação que haviam definido, em assembleia, o chamado ao voto no candidato da Frente BH Popular no segundo turno.^{iv} A concessão de um reajuste de 242% logo no início do governo, a título de recomposição das perdas salariais acumuladas no governo anterior^v, adiou o debate da campanha salarial daquele ano e a data-base da categoria foi remetida para o mês de maio de 1993. Para evitar mistificação quanto ao índice concedido, destacamos que a inflação era bastante alta no período, conforme os índices apurados oficialmente pelo governo federal^{vi} estando próximos da casa de 1120% no ano de 1992.

A direção da subsede municipal do Sindicato era amplamente dominada por militantes do Partido dos Trabalhadores, que apoiavam o governo eleito e o definiam como um governo “progressista”, conforme Boletim da Rede, de novembro de 1993.

A primeira greve não tardou a ocorrer, sendo deflagrada no mês de setembro, e duraria 35 (trinta e cinco) dias. As principais reivindicações eram o pagamento das perdas inflacionárias calculadas pelo índice do Custo de Vida (ICV) do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 30% (trinta por cento) a título de reposição das perdas salariais de maio e abono de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros).

A segunda greve ocorre em 1994 e também dura 35 (trinta e cinco) dias, a partir do dia 4 de maio daquele ano, tendo sido um movimento marcado pelo acirramento das relações com a administração municipal. Não houve negociação e pairou no ar a ameaça de corte dos dias parados. A subsede municipal do Sind-UTE MG acusou o governo de manipulação de dados e uso de dinheiro público para propaganda na mídia para atacar a greve e por jogar a população contra os trabalhadores em educação. Na greve foi feito um enterro simbólico do prefeito e a greve terminou sem conquistas.

Depois dessa greve, os trabalhadores em educação passam por um período em que outros instrumentos de mobilização, que não a greve, foram postos em prática, tais como manifestações, atos públicos, denúncias juntos a órgãos públicos etc.

Em 1995 as eleições do sindicato ocorrem próximas ao período da data-base, o que concorre para o enfraquecimento da campanha salarial. A administração municipal coloca em prática um plano de terceirização dos serviços de merenda e da vigilância nas escolas e apresenta, nesse vácuo da atuação sindical, o projeto denominado “Escola Plural”, que também terá forte repercussão entre educadores e gestores por todo o período seguinte.

Um acordo salarial foi assinado prevendo a adoção de um gatilho toda vez que a inflação atingisse 15% (quinze por cento) do ICV do DIEESE. A Prefeitura, no entanto, o substituiu unilateralmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o que reduziu à

metade os valores devidos aos trabalhadores. No entanto, mesmo esse índice não foi pago pela administração, o que fez com que explodisse a terceira greve, no início de 1996 e que durou 43 (quarenta e três) dias. O ano letivo sequer se iniciou na data prevista. Essa greve teve como características a ocorrência de grandes manifestações de rua e grandes passeatas. A greve durou de 9 de fevereiro a 22 de março de 1996, obtendo a promessa do pagamento do gatilho de 18,2% (dezoito vírgula dois por cento) em três parcelas.

De 21 a 23 de agosto de 1996 aconteceu o Fórum de Estrutura e Organização da categoria, noticiado no Jornal da Rede n.º 2, de setembro de 1996, como “mais uma etapa na luta democrática pela desburocratização sindical”. O Fórum teve a participação de representantes de 86 escolas e deliberou pela permanência dos educadores municipais no Sind-UTE MG, debate que já se fazia presente naquele momento. A luta em defesa do plano de carreira foi destacada e, no terreno da política municipal, sem indicar afirmativamente o voto em outro candidato, foi desaconselhado o voto no candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Amílcar Martins, posicionamento que refletiria “uma atitude política, não partidária, de uma categoria que, ao longo de várias administrações, acumulou experiências no enfrentamento de ações políticas e administrativas contrárias aos interesses populares”.

Nas eleições para prefeito daquele, o candidato oficial do governo, Virgílio Guimarães/PT, não alcançaria o número de votos para chegar ao segundo turno. Os partidos da coligação composta pelo PT, PCdoB, PV e PCB decidem apoiar Célio de Castro, candidato lançado por uma dissidência da administração anterior, de outra frente, denominada BH pela Vida, composta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Popular Socialista (PPS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Eleito, Célio compõe um governo de coalizão entre PSB, PMDB e PT com o espírito da continuidade da administração anterior.

Entre os dirigentes sindicais a entrada do PT no novo governo vai causar um rebuliço muito grande, aumentando a polarização no interior da entidade, cuja diretoria havia sido renovada em 1995. O “Jornal da Rede” de janeiro de 1997 evidencia as diferenças internas no Sindicato, com alguns dirigentes firmando artigo em que defendem a nova administração, pela abertura de espaços democráticos de debate.

Emblematicamente, a principal matéria do periódico é uma longa entrevista com a recém-empossada Secretária de Educação, a professora Maria Ceres Pimenta Spínola Castro, professora da UFMG, que ocuparia o posto por todo o mandato (1997/2000) na qual a Secretária faz a defesa das políticas de governo e do projeto da Escola Plural.

No debate sobre a Escola Plural, também bastante destacado em outros artigos, evidencia-se o apoio de importantes segmentos da direção sindical ao projeto do governo. A direção

colegiada da subseção assina artigo intitulado: “Escola plural, experiência inovadora da Rede Municipal de Belo Horizonte”. No mesmo jornal a gestão anterior é duramente criticada. O ex-prefeito é acusado de deixar o governo devendo aos professores, sendo citados como parte da dívida os atrasos no pagamento de salários, reajustes do plano de carreira, férias-prêmio, incorporação do quinquênio, dentre outros pontos. Mas a principal crítica política diz respeito à relação autoritária e antidemocrática que a administração anterior teria tido com os servidores e a expectativa de que o novo governo, que se afirmava como continuidade do anterior, não significasse o continuísmo dessas práticas. Neste sentido, o Sindicato publicou nota nos jornais Diário da Tarde, de 21.12.1996, e Hoje Em Dia, de 22.12.1996.

A ofensiva do governo federal de Fernando Henrique Cardoso/PSDB (1995/2003), sobre as classes trabalhadoras, fazia-se sentir com muita força naquele momento, fazendo da década de 1990 um período de avanço das políticas neoliberais e ataques aos serviços públicos. A derrota imposta à greve dos petroleiros em maio de 1995 deu o tom do enfrentamento daquele governo com os movimentos sociais. Sindicatos sofreram intervenção, tiveram que arcar com multas milionárias devido à greve, suas contas foram bloqueadas, dirigentes sindicais foram demitidos, como resposta a uma greve unificada de trabalhadores de empresas estatais e servidores públicos, que questionava a política de privatização posta em marcha pelo governo. O governo federal do PSDB dá andamento a um plano de reforma do estado que tem, entre seus pontos altos, um programa audacioso de privatizações e a aprovação da Emenda Constitucional nº 19, em 1998, que estabelece uma profunda reforma administrativa, cujo escopo foi o de introduzir conceitos empresariais na administração pública, alterando o regime jurídico dos servidores públicos, com a quebra da estabilidade no emprego e flexibilizando a regra de ingresso por concurso no serviço público, dentre outras medidas.

A Constituição promulgada em 1988 mal completara uma década e os tímidos avanços na constituição de um estado social de direito já eram colocados em questão. Essa política de corte liberal viria a influenciar a atuação do conjunto das administrações públicas, nos estados e municípios, com a imposição de regras cada vez mais restritivas à atuação dos gestores, de restrições orçamentárias em nome de uma suposta estabilidade fiscal, cujo desaguadouro foi a edição da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na administração municipal de Belo Horizonte não foi diferente. O Sindicato denunciava, em maio/junho de 1999, pelo “Jornal da Rede” a submissão do prefeito aos ditames da “política perversa de FHC”. Denunciava os ataques a conquistas democráticas e de organização da categoria, como o tempo coletivo de projeto dos educadores. Essa crítica, no entanto, era

realizada na perspectiva de defesa do projeto da Escola Plural, pois os trabalhadores da educação estariam sendo impedidos de se organizarem para a consolidação daquele projeto.

Na esteira do debate sobre a Emenda Constitucional nº 20 (conhecida como reforma da previdência), do governo federal, o Sindicato também denunciava o envio para a câmara municipal de um projeto de reforma da previdência municipal, sem discussão com o funcionalismo, que aumentava as alíquotas de contribuição dos servidores.

Esses embates resultaram em novas greves, desta vez, com durações mais curtas, mas igualmente relevantes. No final de maio e início do mês de junho de 1999, durante seis dias úteis, os trabalhadores em educação paralisaram suas atividades reivindicando um reajuste de 18,45% nos seus vencimentos e o fim do parcelamento dos salários, reivindicações que não foram alcançadas. Uma nova paralisação ocorreria ainda naquele ano e duraria nove dias. A greve teve caráter de advertência e buscava mostrar à sociedade as contradições do discurso do governo municipal. Célio de Castro, em Belo Horizonte/MG, implementava as reformas administrativas e previdenciária ditadas pelo governo FHC que, naquele momento, começava enfrentava uma onda de protestos contra seu governo, já em segundo mandato, e que resultaram numa vigorosa manifestação em Brasília, ocorrida no dia 26 de agosto de 1999, que ficou conhecida como a “Marcha dos 100 mil”. A greve conseguiu impedir, de imediato, o aumento da alíquota de desconto previdenciário para 11%.

Entre março e abril de 2000, uma nova e, desta vez, mais longa, paralisação das atividades mobilizou os trabalhadores. A greve teve início no dia 24 de março e perdurou por 31 (trinta e um) dias. No dia 28 de março um acampamento foi montado na porta da Prefeitura. A administração contra-atacou com corte de salários e encaminhou para a Corregedoria do Município diversos ativistas, que foram submetidos à inquéritos administrativos pela participação no movimento paredista, numa evidente afronta ao exercício do direito constitucional de greve. A greve alcançou um saldo político e uma vitória econômica importante. Ao término da mobilização foram conquistados o reajuste de 4% nos salários - rompendo com a política de reajuste zero do governo -, o pagamento integral e em dia dos salários - que vinham sendo parcelados-, a antecipação do 13º salário e da parcela de 1/3 das férias, uma promoção de 5% para toda a categoria, a adequação da avaliação de desempenho ao que previa a Lei 7234/96 e a regulamentação das promoções por titulação. A greve representou um patamar ainda mais elevado na radicalização dos trabalhadores do ensino contra o governo Célio de Castro e abriu intensa discussão pública entre representantes do PT, que compunham o governo. Às vésperas de uma nova eleição municipal.

3.1 A greve de 2001 e o rompimento com a frente popular

De 1.º de agosto a 29 de setembro de 2001, os trabalhadores em educação da rede municipal de ensino de Belo Horizonte realizaram a maior greve da história da categoria. Os ingredientes eram parecidos aos de outras mobilizações do funcionalismo, que explodiram com força por todo o país naquele ano: A luta pela reposição salarial, em defesa da educação pública e pela valorização dos trabalhadores em educação, pelo plano de carreira, garantia da aposentadoria e previdência municipal, dentre outros. À frente do setor de Educação da Prefeitura Municipal encontravam-se vários ex-dirigentes do sindicato da categoria que, num passado não muito distante, estavam na mesa de negociação representando os trabalhadores.

Os trabalhadores reivindicavam a reposição das perdas salariais, que totalizavam 19%, a valorização profissional, calculada em 22%, e a organização da Previdência Municipal. Em dezembro do ano 2000, a administração Célio de Castro havia feito aprovar, a toque de caixa, uma reforma administrativa, que teve dois pilares: de um lado concentrava poderes nas mãos de cinco super-secretários, dos quais quatro foram indicados pelo Partido dos Trabalhadores e, de outro, concedia um reajuste diferenciado para os altos escalões do governo.

Veio a data-base da categoria em 1º de maio e as negociações não avançaram. Durante as férias escolares, a Prefeitura ofereceu 12% de reajuste, escalonado até 2004, o que foi rejeitado e a greve foi deflagrada. No dia 14 de agosto viriam se somar à greve os servidores técnicos-administrativos e da saúde do município, além dos médicos e odontólogos. O governo de frente popular enfrentava a primeira greve unificada dos servidores.

A greve repetiu vários dos ingredientes das anteriores. Os dias de paralisação foram cortados e os salários não foram pagos, a antecipação do 13º salário foi retida, notas à população e declarações contra a greve foram emitidas à exaustão. O governo buscava responsabilizar setores políticos presentes na direção do Sindicato, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e as correntes políticas da esquerda petista como responsáveis pela greve e uma suposta manipulação do movimento.

Todo esse quadro levou a uma radicalização das ações dos grevistas: um acampamento foi montado em frente ao prédio da administração e, no momento de maior impasse, a sala do gabinete do prefeito foi ocupada por um grupo de trabalhadores, levando a que o gabinete fosse transferido para a residência do chefe da municipalidade. O conflito foi parar na Justiça e um juiz de primeira instância arbitrou uma multa diária, calculada em razão dos alunos que estivessem sem aulas, a ser paga pelo Sindicato, no caso de continuidade da greve. Os servidores ultrapassaram a sentença e conseguiram reformá-la no Tribunal de Justiça.

No dia 6 de setembro, uma comissão de parlamentares intermediou uma proposta alternativa para os trabalhadores, cujas bases econômicas seriam a reposição salarial de 18% até 2002 e a garantia de reposição da inflação a cada data-base. O acordo esbarrou, no entanto, na negativa do governo em negociar o pagamento dos dias de paralisação, mesmo com o compromisso de reposição integral das aulas pelos professores. Em todas as greves anteriores o retorno ao trabalho havia se dado com a garantia de pagamento e a anistia dos dias da greve.

Com o impasse, a proposta foi retirada pela Administração, que passou abertamente a afirmar que era necessário enfrentar e derrotar os trabalhadores, como já havia feito com outros movimentos sociais organizados, como os trabalhadores ambulantes e “toreros”, os estudantes que reivindicavam passe livre nos ônibus e os trabalhadores do transporte alternativo.

Depois de cinquenta e nove dias, a assembleia do dia 29 de setembro decidiu encerrar a greve. Não foi uma decisão fácil. A assembleia teve vários momentos de muita emoção. O Comando de Greve orientou o término da paralisação, baseado numa análise de que a Prefeitura não retornaria à mesa de negociação e não iria ceder. Os educadores haviam conseguido, no dia anterior, uma decisão liminar na Justiça que obrigava a Prefeitura a pagar os salários cortados e o 13º retido.

Contando com o apoio de diversas entidades sindicais, associações de pais, representantes do Conselho Municipal de Educação, da maioria absoluta dos vereadores do município e do Ministério Público, através do Promotor da Infância e Juventude, o Sindicato havia firmado, também no dia anterior, o documento intitulado “Acordo da Cidade”. Naquele documento, as entidades signatárias exigiam da Prefeitura o cumprimento do acordo assinado na rodada de negociação do dia 6 de outubro, aceito na sua parte econômica pela categoria, mas retirado posteriormente pela administração, atitude inédita na história das negociações com os sindicatos.

Em contrapartida, os trabalhadores do ensino reafirmavam o compromisso com a reposição das aulas e o cumprimento integral do calendário escolar. A avaliação feita na assembleia foi de que somente uma mobilização da sociedade poderia fazer a Prefeitura recuar. A decisão não foi encarada como o fim da luta, ao contrário, dentre as deliberações tomadas na assembleia constaria a decisão de considerar o governo Célio de Castro como inimigo de classe dos trabalhadores e realizar uma ampla campanha contra a administração e as candidaturas de Célio e Fernando Pimentel, vice-prefeito filiado ao PT, através de outdoors, cartazes, adesivos etc.

A mesma categoria que, em outras eleições, havia decidido chamar o voto da classe trabalhadora no PT, agora fazia o caminho inverso, ante a experiência acumulada com os

governos da frente popular. Sem alcançar suas reivindicações, os trabalhadores em educação saíram da greve com o respaldo e o apoio ao seu pleito de vários setores da sociedade. Já o prefeito Célio de Castro sairia sustentado pela burocracia petista e com uma ficha de filiação posta à sua frente, pelo partido que outrora cativara a maior parte dos ativistas sindicais da educação.

3.2 O papel de Lula na greve

Um dos momentos de maior tensão na assembleia foi a votação de uma moção que repudiava as declarações e atitudes adotadas pelo presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, quando de sua visita a Belo Horizonte, dois dias antes. Lula havia afirmado que Célio de Castro seria bem-vindo, caso decidisse filiar-se ao PT. Apesar de receber uma comissão formada por dirigentes sindicais da categoria e parlamentares que apoiavam a greve, Lula declarou à imprensa que ambos os lados estavam radicalizando e responsabilizou os educadores pelo fechamento da Prefeitura.

A moção votada pela maioria dos presentes afirmava que “o convite ao prefeito Célio de Castro para que se filie ao PT soa como uma provocação aos servidores e revela a política adotada pelo senhor Lula frente ao nosso movimento”. A profissão de fé militante de amplos setores da categoria e o encanto com a aura operária do candidato petista se desfaziam, em meio à amargura de alguns e a indignação da maioria.

A filiação de Célio de Castro ao PT, adiada por duas vezes durante a greve, se concretizou no dia 4 de outubro, num ato político que contou com a presença do Senador José de Alencar, que se filiaria no mesmo dia ao Partido Liberal para compor a chapa presidencial com o líder petista. Alencar era presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e proprietário do segundo maior conglomerado do ramo têxtil do país, à época. A aliança que se gestava, naquele momento, com o Partido dos Trabalhadores, era emblemática da transmutação operada no partido político que surgiu como representação das camadas populares e indisposto a alinhar-se com os partidos tradicionais, rompendo a tradição oligárquica da política institucional brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria marxista dispensou uma enorme atenção ao fenômeno das frentes populares ou à emergência de governos de colaboração de classes, como podemos caracterizar as autointituladas administrações e governos democrático-populares, capitaneados,

principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores, nas últimas décadas. A chegada ao poder de governos dessa natureza, em regra, coincide com períodos de efervescência política, nos quais as formas de dominação tradicional estão sendo questionadas. Na gestão do estado capitalista, o “normal” é que os partidos mais alinhados com a ordem de dominação do capital cumpram o papel de gerentes e ocupem os postos de governo. Mas governos de coalizão entre forças que representam segmentos oprimidos da sociedade e seus algozes não são, necessariamente, incompatíveis com a ordem capitalista, podendo ser usados e descartados pelas forças conservadoras no momento em que sua serventia já não se fizer presente.

Os sucessivos governos democrático-populares que estiveram à frente da Prefeitura de Belo Horizonte não foram exceção a essa regra e a aplicação desse modo de governar deixou sua contribuição histórica, demonstrou avanços, retrocessos e contradições como todo processo político vivo. As prefeituras democrático-populares, em suas gestões, serviram como sustentáculo da institucionalidade capitalista, em momentos e situações de crise dos governos centrais. Não foram alavancas para a construção de um modelo de superação da ordem do capital, constituindo-se em governos bastante distantes do reformismo clássico que marcou a social-democracia desde o final do século XIX.

Tiveram, sem dúvida, conflitos com os partidos mais conservadores, mas foram governos absolutamente palatáveis às classes possuidoras e abandonaram por completo a expressão dos programas partidários originais, que propunham medidas de corte democrático-radical, a ampla participação popular nos governos e na tomada de decisões, o que resultaria num maior grau de enfrentamento com as classes privilegiadas que, ao longo de séculos, fizeram do estado brasileiro expressão de seus interesses particulares.

Em última instância, foram administrações que sucumbiram ao neoliberalismo, acalentando a ideia de que é possível governar para todos, numa sociedade marcada por extrema desigualdade e conflito social. O espaço para reformas em tempos de globalização neoliberal mostrou-se restrito, aceitando, quando muito, políticas sociais compensatórias de baixo investimento frente ao orçamento do estado.

A experiência vivenciada pelos trabalhadores em educação de Belo Horizonte, objeto de estudo do presente trabalho, resultou na frustração e rompimento de boa parte deles com as suas referências políticas, com reflexos na sua organização sindical.

A construção da União dos trabalhadores do ensino de Minas Gerais, no calor da greve de 1989, é um dos capítulos memoráveis da história recente do sindicalismo brasileiro, por marcar a ruptura de todo um setor social organizado com o modelo de sindicalismo oficial

vigente e apontar a construção de sindicatos independentes do governo, sustentados pelos trabalhadores e radicalmente democráticos.

Essa concepção, no estudo em andamento, pareceu-nos presente nos principais momentos da vida da entidade sindical objeto de nossas observações, constituindo-se numa referência para a compreensão da importância e também dos limites do associativismo docente. Particularmente durante as greves, a diretoria da subsede dissolvia-se no Comando de Greve eleito pelos trabalhadores em suas regionais, que assumia a direção cotidiana do movimento, num exercício de autodeterminação que demonstra a potencialidade de outras formas de participação política numa democracia, que não a democracia blindada e limitada existente em nosso país.

O exercício da democracia direta, nas assembleias gerais, é outro fator de educação política muito importante. Como instância máxima de decisão, em vários momentos as posições da direção sindical foram postas em debate e derrotadas nas assembleias, sem prejuízo para a continuidade da luta e para a unidade do movimento dos trabalhadores.

Na greve de 2001 foram realizadas 31 (trinta e uma) assembleias, com uma média de 2000 (dois mil) trabalhadores e trabalhadoras presentes, numa categoria que somava, à época, cerca de 11.000 (onze mil) mil trabalhadores, sendo 8000 (oito mil) deles professores, que atendiam 193.000 (cento e noventa e três mil) alunos, em cerca de 182 (cento e oitenta e duas) escolas do município.

A identificação de diversos ativistas e dirigentes sindicais com seus partidos políticos também não constituiu fator impeditivo para a unidade de ação, sendo que todos, indistintamente, podiam falar nas reuniões, apesar de toda a tensão que carregava o ambiente das reuniões e assembleias. A energia represada nos debates internos aos fóruns da categoria extravasava em alegria e emoção nas passeatas e atos públicos, muito concorridos. Foram 28 passeatas ao todo no movimento grevista de 2001.

Na perspectiva de alguns autores clássicos do marxismo, são momentos como esse que demonstram o potencial do sindicato como elemento aglutinador das amplas massas exploradas e seu papel na educação socialista de toda uma militância, como escola de guerra ou escola de comunismo, nas palavras de Lenin^{vii}, líder bolchevista russo.

Mas a experiência com as administrações democrático-populares também revelaram importantes tendências que alcançariam uma repercussão ainda maior quando da chegada do PT ao governo central de nossa república, a partir de 2003, com sua principal liderança, o líder operário-metalúrgico Lula, simbolicamente acompanhada de um líder empresarial de grande porte, José de Alencar. Aliás, numa demonstração efetiva, muito mais do que

simbólica, do transformismo petista e do rompimento com qualquer ideologia de enfrentamento de classes, de independência das classes proletárias frente ao grande capital.

Dentre essas tendências destacam-se a cooptação de inúmeras lideranças vinculadas aos sindicatos para as administrações petistas, o fenômeno da ascensão social e burocratização de inúmeros dirigentes oriundos dos aparelhos sindicais, que passam a ocupar lugar de destaque na gestão capitalista dessas administrações, as tentativas de intervenção na dinâmica das entidades sindicais por lideranças e dirigentes recrutados dessas administrações, as contradições evidenciadas no discurso e prática dos governos, os debates envolvendo a gestão democrática da educação e práticas pedagógicas, a reconfiguração do movimento sindical docente, fruto dos enfrentamentos e greves contra as administrações, e que levaram, em alguma medida, a rupturas e dissensões no seio do sindicalismo majoritariamente capitaneado pelo PT e pela CUT.

A rica experiência desse período de lutas e aprendizados, narrada neste artigo, entre os trabalhadores em educação do município de Belo Horizonte, constituiu um ponto de inflexão, quando comparada à trajetória da maioria dos sindicatos filiados à CUT que, naquele período, primara pela colaboração e não pelo confronto com as administrações democrático-populares. Dessa experiência resultou uma reconfiguração na direção sindical da subsede do Sind-UTE MG e a posterior criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Belo Horizonte (Sind-Rede BH) no ano de 2006.

Notas:

ⁱ Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com Especialização em Direito Público pela mesma instituição. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (Uninove), São Paulo/SP. E-mail: cacau.adv@gmail.com.

ⁱⁱ Maria Luiza Fontenele foi prefeita de Fortaleza e, Luiza Erundina, prefeita de São Paulo, nos períodos indicados.

ⁱⁱⁱ 3 (três) foi o número do PT na primeira eleição da qual participou, em 1982.

^{iv} Patrus Ananias/PT disputou e venceu o segundo turno da eleição contra Maurício Campos, ex-prefeito nomeado de Belo Horizonte entre 1979 e 1982, então candidato pelo Partido Liberal (PL).

^v A Prefeitura de Belo Horizonte foi comandada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de 1989 a 1992. Pimenta da Veiga elegeu-se prefeito e assumiu até meados de 1990, quando renunciou para concorrer ao governo do Estado, sendo sucedido por Eduardo Azeredo, que complementou o mandato.

^{vi} Utilizamos como referência o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial da inflação medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), criado com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio para o público final.

^{vii} Vladimir Ilich Ulianov foi um protagonista fundamental na Revolução Russa de 1917.